

EDUCAÇÃO
V.8 • N.1 • Agosto/Setembro/Outubro - 2019

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2019v8n1p75-90



BULYING NAS ESCOLAS: DISCRIMINAÇÃO CONTRA PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Fabio Campos¹
Eulália Campos²

RESUMO

Muito se tem discutido a respeito da agressividade observada no cotidiano escolar, o chamado *Bullying* tem despertado a atenção tanto de autoridades como da sociedade em geral. Os atos associados à prática do *Bullying* incluem em seu repertório agressões físicas, verbais, manipulação social, entre outros, causando sérios danos tanto às vítimas como aos agressores. Esse cenário se torna mais tenebroso quando indivíduos portadores de necessidades especiais ocupam o papel de vítimas de tais atos. No presente trabalho buscou-se delinear o perfil dos envolvidos nos atos de *Bullying*, com especial atenção a esse grupo minoritário e ainda carente de maior respaldo legal e social em sua defesa. Pode-se perceber ao longo do estudo que, de fato, alunos com necessidades especiais acabam tornando-se alvos corriqueiros de *Bullying*, sofrendo tanto com o preconceito ainda renitente, como com as agressões advindas desses atos, e que tanto a escola como os professores ainda estão despreparados para lidar com tal problemática, tornando as políticas públicas de inclusão falhas e carentes de melhores mecanismos de proteção e real inserção a esse grupo.

PALAVRAS-CHAVE

Bullying. Escola. Portadores de Necessidades Especiais. Inclusão.

ABSTRACT

Much has been discussed about the aggression observed in school every day, the so-called Bullying has arousing the attention both of the authorities and the society at large. The acts associated with the practice of Bullying include physical assaults in his repertoire, verbal, social manipulation, among others; causing serious damage to both the victims and the aggressors. This scenario becomes murkier when individuals with special needs occupying the role of victims of such acts. In this study we sought to delineate the profile of those involved in the practices of Bullying, with special attention to this minority group and still requiring greater legal and social support in your defense. Can see, throughout the study, which, in fact, students with special needs end up becoming common targets of acts of Bullying, suffering so much with prejudice still resilient, as the aggressions coming of these acts; and that both the school as teachers are still unprepared to deal with such problems, making the public policies of inclusion and in need of better protection mechanisms and real insertion to that group.

KEYWORDS

Bullying. School. People with Special Needs. Inclusion.

RESUMEN

Mucho se tiene discutido acerca de la agresividad observada en el cotidiano de la escuela. El Acoso (Bullying) está llamando la atención de las autoridades y la sociedad en general. Los actos relacionados con la práctica del Acoso incluyen agresiones físicas en su repertorio, manipulación verbal, social, entre otros; causando graves daños a las víctimas y los agresores. Este escenario se convierte en más turbias cuando son las personas con discapacidad ocupando el papel de víctimas de tales actos. En este estudio se intentó delinear el perfil de los involucrados en las prácticas de Acoso, con especial atención a este grupo minoritario y que aún requiere mayor apoyo legal y social en su defensa. Es posible percibir, durante todo el estudio, que, de hecho, los estudiantes con necesidades educacionales especiales se convierten en objetivos comunes de los actos de intimidación, sufriendo tanto con prejuicios todavía resistentes, como las agresiones provenientes de estos actos; y que tanto la escuela como profesores aún no están preparados para arreglárselos, haciendo fracasar las políticas públicas de inclusión que necesitan de mejores mecanismos de protección e inserción real a ese grupo.

PALABRAS CLAVE

Acoso. Bullying. Escuela. Personas con necesidades especiales. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, ao longo de sua história, tem dado provas de tratar-se de um animal extremamente agressivo. As guerras, os genocídios, os infanticídios, enfim, um enorme número de registros dá conta da existência de um instinto assassino adormecido na alma humana que, por vezes, desperta.

Atualmente, o poder da mídia tem nos aproximado cada vez mais dessa realidade, que não se prende a lugar, classe social ou etnia, tratando-se um evento globalizado.

Como não podia deixar de ser, é possível observar a reprodução desse retrato no cotidiano escolar, uma vez que tal local representa, em escala micro, todo o universo social.

Tornou-se coisa comum presenciar cenas de xingamento, agressão física ou psicológica nos corredores e salas de aula das escolas. O que até bem pouco tempo atrás era visto, entendido e tolerado como “comportamento infantil”, ou estágio de transição da imaturidade para a vida adulta, hoje ganhou status de fenômeno sério, com direito a nome próprio: *Bullying*.

O *Bullying* tem tomado a atenção de pais, professores e pedagogos nas últimas duas décadas, muitos são os esforços em tentar compreendê-lo e intervir positivamente na condução dos conflitos por ele gerado. Entretanto, pouco se caminhou à frente.

As políticas públicas de educação pouco, para não dizer “nada”, tem contribuído para coibir ou amenizar esse problema, professores e demais envolvidos com a situação, sentem-se atados sem saber direito qual posição ou atitude tomar.

Para piorar o quadro, por meio das políticas de Inclusão promovida pela Secretaria da Educação, de uma forma abrupta, sem preparo do ambiente, tão pouco dos profissionais e dos alunos, introduziu-se na vida escolar indivíduos dotados de necessidades especiais. De uma hora para outra colocou-se em contato, mundos considerados diferentes e rotulados, de um lado com os “normais” e do outro, os “deficientes”. Não tardou para que os primeiros elejam os segundos como alvos de toda prática considerada como *Bullying*.

Dessa forma, com o intuito de buscar a construção de um entendimento mais aprofundado sobre essa problemática, este trabalho teve como objetivo apresentar e discutir a questão da prática do *Bullying* contra portadores de necessidades especiais nas escolas do Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO SOBRE O *BULLYING*

Nas últimas duas décadas, a agressividade entre jovens durante a vida escolar tem sido alvo de intensa preocupação e discussão para autoridades e pesquisadores de diversas culturas, sendo que, das manifestações dessa violência observada no cotidiano escolar, a que tem recebido atenção significativa pela literatura especializada, é o fenômeno denominado *Bullying* (OLIVEIRA; BARBOSA, 2012; LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009).

De uma forma abrangente, *Bullying* é definido como um conjunto de atitudes conscientes e intencionais, com ações agressivas, repetitivas e sem motivação aparente, perpetradas por um aluno ou grupo contra outro, causando sofrimento e angústia; podendo ocorrer de forma direta, por meio de agressões físicas e/ou verbais, extorsão, ameaças ou coação; ou indireta, por meio da disseminação de rumores desagradáveis, visando à discriminação e exclusão da vítima de seu grupo social. (SULLIVAN, 2015; OLIVEIRA; BARBOSA, 2012; LEÃO, 2010; FELIZARDO, 2007).

No Brasil, emprega-se o termo *Bullying*, em inglês, por não haver na língua portuguesa nenhum termo que abranja o amplo significado deste fenômeno. A palavra *Bully* deriva do verbo inglês *bully*, que significa usar de superioridade física para intimidar alguém, podendo ser adotado, também, como adjetivo, referindo à qualidade de “valentão ou tirano” (LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009; COLOVINI, 2007).

Smith (2002), relatam, contudo, que em outras culturas, pode-se observar o emprego de terminologia própria para descrever o mesmo fenômeno. No Japão, observa-se o uso da palavra *ijime* para descrever casos de agressividade entre os jovens; na Itália, usa-se o termo *prepotenza* e *violenza* e em Portugal, *abuso*.

Independente da terminologia, os atos de *Bullying* se caracterizam e se distinguem dos demais casos de violência devido, sobretudo, ao seu caráter repetitivo e sistemático, com a clara intensão de causar danos ou prejudicar alguém que normalmente é percebido como mais frágil e que dificilmente conseguiria se defender ou reverter a situação (KUHN *et al.*, 2011; CRISTOVAM *et al.*, 2010; SAMIVALLI *et al.*, 1998).

De acordo com Colovini (2007), os casos de *Bullying* atingem principalmente os indivíduos que estão na adolescência, cujo período se estende da infância até a idade adulta, tendo como início a puberdade e o fim com a aquisição de competências que garantam ao indivíduo sua autonomia; trazendo graves implicações na autoestima e na construção psicossocial do indivíduo (BANDEIRA; HUTZ, 2010),

Dreyer (2005) relata que as práticas de *Bullying* estão disseminadas em todas as escolas, tanto públicas como particulares e seus comportamentos característicos tendem a aumentar de acordo com a idade dos envolvidos.

2.2 PERFIL DOS ENVOLVIDOS EM *BULLYING*

É possível observar a existência de diferentes atores atuando nos fenômenos associados à prática de *Bullying*. A seguir, será descrito cada um:

- Autores ou Agressores: são os indivíduos que só praticam a violência, em geral, jovens de famílias desestruturadas no qual o relacionamento afetivo é muito pobre. Em geral, possuem pouco empatia e grande potencial em tornarem-se adultos com atitudes antissociais ou mesmo violentos, podendo inclusive vir a adotar uma postura delinquente ou criminosa (COLOVINI, 2007). Segundo Lopes Neto (2005), os autores, também chamados de agressores, por serem mais fortes que os pares vitimados, sentem prazer em dominar, controlar e causar danos a outros. Não raro, os agressores tornam-se figuras populares nas escolas, possuindo uma opinião positiva sobre o seu comportamento agressivo (LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009; PEREIRA, 2009);
- Vítimas ou Alvos: são aqueles que sofrem a violência decorrente das práticas de *Bullying* e não dispõem de recursos ou habilidades para se defenderem; em geral, são jovens com baixa sociabilidade e baixa autoestima, com grandes chances de desenvolverem traumas e doenças psíquicas em decorrência da raiva que o *Bullying* gera (PEREIRA, 2009; COLOVINI, 2007). Olweus (1994), o precursor das pesquisas sobre o tema, descreve o alvo como o mais ansioso, inseguro, sensível e quieto que os demais. As vítimas podem ser classificadas como Passivas/Provocadores ou Agressivas, sendo que a vítima passiva é caracterizada pelo fato de atrair para si reações negativas a partir de suas próprias atitudes, além de demonstrar incapacidade de defesa; enquanto que a vítima agressiva é aquela que retalia o ataque ou agride outras pessoas em outros ambientes, sendo possível que o mesmo sujeito seja, em determinados momentos, o autor e, em outros, o alvo (TOGNETTA; ROSÁRIO, 2013; OLIVEIRA; BARBOSA, 2012);
- Testemunhas ou Espectadores: são os que não sofrem nem praticam o *Bullying*, mas convivem e assistem à sua prática, representam a grande maioria dos alunos que presenciam os casos de violência, mas não tomam nenhuma atitude por medo de tornarem-se alvos (COLOVINI, 2007). Muitos desses jovens ao verem o comportamento agressivo de seus colegas começam a imitá-los com o intuito de ganhar popularidade e poder, com isso, acabam por se tornarem agressores (LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009).

Segundo Tognetta (2012), o *Bullying* ocorre entre pares, isto é, entre sujeitos em relações de poder assimétricas, onde a igualdade de autoridade entre o alvo e o autor é imprescindível.

Nesse contexto, é de extrema importância o incentivo dos professores e demais profissionais ligados à educação, na identificação desses tipos e a crescente intervenção no sentido evitar tais práticas (LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009).

2.3 BULLYINGE A SOCIEDADE

Existem três documentos que norteiam o entendimento e a condução do desenvolvimento da educação de crianças e adolescente, sendo eles: a Constituição da República Federativa, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU); em todos esses documentos se prevê o direito ao respeito e à dignidade, sendo a educação compreendida como um meio de se promover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (COLOVINI, 2007).

Um estudo sobre violência escolar realizado com professores e diretores das redes particulares e públicas do ensino fundamental II e ensino médio de escolas de São Paulo, mostrou que os educadores dão menos importância a ocorrências entre alunos do que entre esses e funcionários ou docentes/diretores (TOGNETTA, 2012; LEMES, 2006). Segundo Tognetta (2012), os educadores, por não considerarem grave as situações de violência que ocorre entre os alunos, tendem a desconsiderar situações de *Bullying*. Esse menosprezo faz com que a escola não trabalhe com seus educandos práticas democráticas de construção de regras de convivência para o espaço público, levando-os a uma percepção de não pertencimento ao local e de não reconhecimento como sujeitos de direitos (GUARESCHI; SILVA, 2008).

Como consequência direta desse fato, cada vez mais os noticiários trazem casos de massacres em escolas que deixam essa mesma sociedade perplexa diante de tamanha brutalidade. Dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que traz indicadores acerca de violência escolar, mostram a dimensão e distribuição do problema no Brasil. O estudo leva em conta informações de um questionário feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com alunos do 9º ano do ensino fundamental em 2015, onde os estudantes comentam sobre os episódios de *Bullying* ocorridos nos 30 dias anteriores à pesquisa. A Tabela 1 apresenta esses dados.

Tabela 1 – Ranking do *Bullying* nas capitais das unidades da federação

Posição	Capital	%
1	São Paulo	24,2
2	Distrito Federal	23,6
3	Roraima	22,8
4	Amazonas	21
5	Paraná	20,2
6	Espírito Santo	20,2
7	Minas Gerais	20,2
8	Mato Grosso do Sul	20
9	Acre	29,9
10	Mato Grosso	19,9
11	Rio de Janeiro	19,8
12	Santa Catarina	18,8
13	Ceará	18,7
14	Goiás	18,6
15	Amapá	18,6

Posição	Capital	%
16	Pernambuco	18
17	Paraíba	17,9
18	Rio Grande do Sul	17
19	Maranhão	16,8
20	Rondônia	16,7
21	Bahia	16,5
22	Tocantins	16,4
23	Pará	16
24	Alagoas	15,4
25	Rio Grande do Norte	14,8
26	Sergipe	14,7
27	Piauí	14
28	BRASIL	19

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015).

De acordo com a Tabela 1, o estado de São Paulo é o que possui o maior número de estudantes que alegam ter se sentido humilhado por provocações de colegas de escola, cerca de 45% afirmam sofrer *Bullying* às vezes ou raramente, enquanto que 9% vivem essa realidade na maior parte do tempo ou durante toda a permanência no ambiente escolar, isto é, mais da metade dos alunos envolvidos no estudo (53,8%) já sofreram algum tipo de *Bullying*.

Outro documento, o relatório produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), responsável pela aplicação do terceiro volume do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), cujo foco é a avaliação do bem-estar dos alunos, mostra que no Brasil 11% dos estudantes relatam baixo grau de satisfação com a vida e que o *Bullying* é visto como o maior responsável (OECD, 2017).

Estudo conduzido por Araújo e Pereira (2015), com alunos de turmas de educação infantil da rede pública do Rio de Janeiro, demonstrou que crianças dessa faixa etária já podem sofrer com o *Bullying*.

Quando os casos de *Bullying* ocorrem nos anos iniciais do ensino fundamental, há o risco de o indivíduo alvo desenvolver Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), a qual se caracteriza por um padrão de instabilidade contínua no humor, no comportamento, autoimagem e funcionamento (WOLKE *et al.*, 2012).

2.4 A ESCOLA E OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A terminologia aplicada a pessoas com algum tipo de deficiência cognitiva sofreu diversas modificações com o passar do tempo, tanto em função do aprofundamento do conhecimento acerca do assunto, bem como devido ao peso do preconceito aplicado a esses indivíduos; termos com “anormal” ou “pequenos infelizes”, por exemplo, refletem um pouco desse caminho (JANNUZZI, 2012). Em 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, passou-se a adotar o adjetivo “pessoa deficiente” para designar esse grupo social; mais tarde, em 1990, a expressão “pessoas com deficiência”, tornou-se a preferida por especialistas da área (MANTOAN, 2015).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, no Brasil, aproximadamente 6,2% da população apresentam alguma deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. Dentre esse grupo, a deficiência intelectual representou 0,8%, sendo que a maioria, 0,5%, já nascera com as limitações; desse contingente, 54,8% apresenta grau intenso de limitação e cerca de 30% frequentam algum serviço de reabilitação em saúde (OLIVEIRA, 2012).

Quando se trata da história da educação especial no Brasil, percebe-se o quão tardiamente o país promoveu algum avanço no setor; enquanto que em outros países o movimento pela educação/formação dos deficientes intelectuais estava crescendo, com a criação de escolas especializadas e até em classes especiais de escolas públicas, por aqui, mantinha-se a visão errônea de que tal atendimento só acarretaria em ônus aos cofres públicos (MENEZES, 2011).

Somente em 1996, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9394/96, observou-se um avanço no que se refere ao atendimento ao deficiente, no seu artigo 60, ressaltando a “alternativa preferencial a ampliação do atendimento ao deficiente na própria rede pública de ensino, que ocorrerá independentemente do apoio previsto à iniciativa privada” (MENEZES, 2011; KASSAR, 1999).

Contudo, o referido artigo mantém uma lacuna no que tange a caracterização de quem é o aluno com necessidades especiais, vale ressaltar, porém, que dois anos antes da promulgação dessa lei, o termo “necessidades educacionais especiais” (NEE) já fora citado na Declaração de Salamanca, definindo-o como todas as crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem (MELETTI; BUENO, 2010).

Independentemente da demora em oferecer uma resposta adequada ao enfrentamento dessa demanda social, as políticas de inclusão contribuíram com o aumento do número de matrículas de alunos com NEE nas salas de aulas comuns na última década, em todos os níveis de educação (BRASIL, 2008).

De uma forma geral percebe-se, entretanto, por parte dos profissionais da educação, em especial dos professores, uma certa resistência em aceitar a inclusão desse tipo de indivíduo, quer seja pela falta de preparo profissional ou em virtude da não problematização do assunto no espaço escolar (MENEZES, 2011).

Em consonância a esse fato, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), envolvendo 18 mil estudantes, professores, funcionários e pais, em 501 escolas em todo o Brasil, constatou que 96,5% dos entrevistados admitem o preconceito contra pessoas com deficiência (MARTINS, 2009).

Amaral (1998) alega que a deficiência se trata de uma diferença significativa e, dessa forma, causa estranhamento, configurando-se como uma ameaça por caracterizar-se como encontro com o “desconhecido”. O mesmo autor indica, também, que diante dessa diferença significativa (deficiência), acionamos mecanismos de defesa, todos baseados na “negação”.

Nesse cenário, os alunos com NEE precisam, além de enfrentar a superação de suas próprias limitações e dificuldades, ainda superar esse viés social apresentado na forma de discriminação e preconceito das outras pessoas que não o consideram capacitados ou mesmo competentes para frequentarem o ensino regular, empurrando-os para processos de exclusão o que compromete uma das finalidades sociais da escola, que é a ascensão social (ARROIO; BATISTA; ZANUNCINI, 2012).

2.5 BULLYING CONTRA PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Há um consenso em afirmar que as práticas decorrentes do *Bullying* têm mais chances de ocorrer entre crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, uma vez que parcela significativa desse grupo de pessoas é composta por indivíduos com menos repertório de competências sociais e com poucas relações de amizade, tendo maiores chances de serem rejeitados (OLIVEIRA; BARBOSA, 2012; GOMES, 2008).

Segundo Freitas (2013), ser portador de necessidades especiais torna-se um desafio, uma vez que, além das dificuldades inerentes ao estado do indivíduo, há a agravante da socialização e da possível incidência do *Bullying*.

Em seu trabalho, Freitas (2013) pesquisou 10 alunos com necessidades educacionais especiais, que estudavam em escolas públicas estaduais da cidade de Florianópolis, matriculadas no segundo e quarto ano do ensino fundamental. O autor detectou a manifestação de medo, baixo autoestima nas referências do próprio corpo e em função das dificuldades para aprender. De um modo geral, a maioria dos alunos envolvidos no teste, relataram direta ou indiretamente serem vítimas de práticas relativas ao *Bullying*, revelando uma percepção negativa da escola.

O documento *Bullying and Students with Disabilities* (YOUNG; NE'EMAN; GLESER, 2010) considera o *Bullying*, envolvendo alunos com NEE, como uma questão de defesa de direitos civis, bem como um problema social e de saúde pública, devido a extensão das consequências que tais práticas acarretam a desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

Silva (2011) catalogou cerca de 20 artigos sobre o tema publicados na revista Nova Escola, compreendendo o período de 1997 a 2010, perfazendo menos de duas publicações por ano, o que mostra o quanto ainda há para se pesquisar sobre o assunto.

Em um desses artigos publicados pela revista Nova Escola, há o relato de um caso em uma escola na capital paulista que recebeu um aluno da primeira série com necessidades educacionais especiais. Segundo o relato da autora, o aluno em questão possuía uma fisionomia que “assustava as demais crianças”, fruto de uma má formação ainda na vida uterina, o que causou sua imediata exclusão do convívio dos outros alunos.

A mesma autora, relata outro caso ocorrido em uma escola em Contagem, Belo Horizonte, no qual os pais dos alunos foram até a Secretaria da Educação pedir que um aluno portador de deficiência intelectual (com 4 anos) fosse transferido.

A edição de número 228 da Revista Nova Escola (2009) traz algumas dicas de como agir em casos de *Bullying* contra estudantes com algum tipo de deficiência:

- Conversar abertamente sobre a deficiência do aluno com todos na presença dele;
- Adaptar a rotina para facilitar a aprendizagem sempre que necessário;
- Chamar pais, responsáveis e a comunidade para falar de *Bullying* e inclusão;
- Exibir filmes e adotar livros em que personagens com deficiência vivenciam contextos positivos;
- Focar as habilidades e capacidades de aprendizagem do estudante para integrá-lo à turma;
- Elaborar um projeto de ação e prevenção contra o *Bullying*.

A deficiência em si causa desconforto nas pessoas que não as possui, gerando uma resposta instintiva de repulsa ou de superproteção, enfraquecendo-a e não permitindo a construção de mecanismos de defesa, provocando inquietações que se manifestam por meio do preconceito, rejeição, exclusão ou isolamento (ARROIO; BATISTA; ZANUNCINI, 2012; SCHEWINSKY, 2004).

A construção de uma escola inclusiva parte do pressuposto ao combate de qualquer tipo de segregação e preconceito, na busca de um ambiente seguro, acolhedor e democrático, dado que cenários contrários a esses tendem a serem favoráveis às práticas gerais de *Bullying* e, em especial, contra pessoas com NEE (CASTRO; ALMEIDA, 2012).

A valorização da diversidade de tipos é um dos elementos norteadores da educação inclusiva, privilegiando o respeito às diferenças e ao estímulo do trabalho cooperativo na escola, devendo ser buscado no âmbito social, com ações efetivas de valoração e do reconhecimento do outro como um elemento importante do processo ensino/aprendizagem (ARROIO; BATISTA; ZANUNCINI, 2012).

O enfrentamento do *Bullying* direcionado aos alunos com NEE exige o conhecimento de quem são esses indivíduos, como estão inseridos no contexto escolar, de que forma a comunidade escolar lida com sua presença e com as políticas de inclusão, bem como com a efetiva participação dos pais atuam na concretização da educação inclusiva (BISSOTO; SILVA FILHO, 2017).

3 CONCLUSÃO

Ao cabo desse trabalho, pode-se concluir que:

A prática do *Bullying* priva os indivíduos de seus direitos fundamentais, de uma educação com qualidade e vida digna, culminando em seu isolamento ou abandono do ambiente escolar;

Na formação de um pedagogo ou qualquer outro profissional ligado a educação, torna-se importante o conhecimento do assunto relativo às práticas de *Bullying*, a fim de que possa haver um correto e positivo encaminhamento dos casos que venham a ser vivenciados;

No que diz respeito à prática de *Bullying* contra portadores de necessidades educacionais especiais, há poucas pesquisas e trabalhos disponíveis na literatura, o que demonstra o tanto que o país está atrasado no assunto;

É imperioso o envolvimento de todos os setores da sociedade no enfrentamento dessa problemática e na busca da concretização efetiva das políticas de Inclusão.

Torna-se fundamental o profundo conhecimento de quem são os alunos com NEE, de forma a melhor propiciar seu acolhimento e inclusão nas salas regulares de aula.

REFERÊNCIAS

- ABRABIA – Associação Brasileira de Multiprofissionais de Proteção à Criança e ao Adolescente. **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. 2003. Disponível em: <http://www.bullying.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-32.
- ARAÚJO, R. B.; PEREIRA, S.A.M. Bullying na educação infantil: sua influência sobre a formação da personalidade. **Noventa e um anos de compromissos**, v. 16, p. 103-110, 2015.
- ARROIO, S. P.; ZANUNCINI, I; BATISTA, D. A. **A dinâmica do bullying na educação inclusiva**. Curitiba: Faculdade Bagozzi, 2012.
- BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. As implicações do bullying na autoestima de adolescentes. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 131-138, 2010.
- BISSOTO, M. L.; SILVA FILHO, D. O fenômeno do bullying em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais: um estudo a partir do cotidiano escolar. **Revista Cocar**, Universidade do Estado do Pará, n. 22, p. 327-346, 2017.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.
- CASTRO, E. C. V. M. D.; ALMEIDA. **Concepções e práticas de professores frente a situações de bullying contra crianças com deficiência intelectual**: um estudo exploratório. Universidade Católica de Brasília, 2012.
- COLOVINI, C. E. **O fenômeno bullying na percepção dos professores**. Trabalho apresentado à Universidade Luterana do Brasil, para o curso de Psicologia, 2007.
- CRISTOVAM, M. A. S.; OSAKU, N. O.; GABRIEL, G. F. C. P.; ALESSI, J. R. D. Atos de bullying entre adolescentes em colégio público de Cascavel. **Adolesc. Saúde**, v. 7, n. 4, p. 46-54, 2010.

DREYER, D. A brincadeira que não tem graça. **Portal Educacional**. 2005. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FELIZARDO, M. **O fenômeno bullying como causa dos massacres em escolas. iniciativa por um ambiente escolar justo e solidário**. 2007. Disponível em: http://www.diganaoabullying.com.br/secao_dicas/artigos/artigo_7_eua.htm. Acesso em: 5 dez. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FREITAS, N. K. Bullying nas escolas: tramas e desafios para a inclusão e para a educação. Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 11, 2013. **Anais...**, Paraná, Curitiba, 2013.

GOMES, C. **Alunos com deficiências são “vítimas preferenciais” de bullying na escola**. Pobreza na imprensa: um observatório da rede europeia anti-pobreza. Portugal, 13 de abr. 2008

GUARESCHI, N.M.F.P. A.; SILVA, M. R., **Bullying: mais sério do que se imagina**. Porto Alegre: Edipurs, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em: 10 dez. 2016.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

KUHN, Q. L.; LYRA, L. R.; TOSI, P. C. S. Bullying em contextos escolares. **Unesc & Ciência – ACHS**, v. 2, n. 1, p. 49-62, 2011.

LEÃO, L. G. R. O fenômeno bullying no ambiente escolar. **Revista FACEW**. Vila Velha, n. 4, p. 119-135, 2010.

LEME, M. I. S. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. SP: ISME, 2006.

LISBOA, C.; BRAGA, L. L.; EBERT, G. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. **Revista Contextos Clínicos**, n. 2, p. 59-71, 2009.

LOPES NETO, A. A. Bullying - comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? SP: Editora Moderna, 2015.

MARTINS, A. R. Chega de omissão. **Revista Nova Escola**, n. 228, 2009.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). Reunião Anual da ANPED, 33, 2010. Educação no Brasil: o balanço de uma década. **Anais...**, Caxambú, 2010. p. 1-17.

MENEZES, L. P. **A sociogênese do bullying em pessoas com necessidades educacionais especiais**. 2011. Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2011.

NETO, A. A. L. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, 2005.

OECD. How much of a problem is bullying at school? **PISA in Focus**, n. 74, OECD Publishing, Paris, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/728d6464>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OLIVEIRA, J. C.; BARBOSA, A. J. Bullying entre estudantes com e sem características de talento. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 4, 2012.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do censo 2010 – pessoa com deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, SDH-PR/SNPD, 2012.

OLWEUS, D. **Bullying at school**: what we know and what we can do. London: Lackwell, 1993. 140p.

PEREIRA, S. M. S., **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. SP: Editora Paulus, 2009.

SALMIVALLI, C.; LAGERSPETZ, K. M. J.; BJÖRKQVIST, K.; ÖSTERMAN, K.; KAUKIAINEN, A. Bullying as group process: participant roles and their relations to social status within the group. **Aggressive Behaviour**, 1998.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. SP: RNR, 2003.

SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente - todos somos vítimas. **Acta Fisiátr.**, v. 11, n. 1, p. 7-11, 2004.

SCHWARTZ, D.; DODGE, K. A.; PETTIT, G. S.; BATES, J. E. The early socialization of aggressive victims of bullying. **Child Development**, 1997

SILVA, M. M. P. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino:** uma análise das publicações da revista nova escola. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Londrina, 2011.

SMITH, P. K.; COWIE, H.; BLADES, M. **Understanding children's development.** 4. ed. Londres: Blackwell Publishing, 2004.

TOGNETTA, L. R. P. **Vencer o bullying escolar:** o desafio de quem se responsabiliza por educar moralmente. São Paulo: Editora do Brasil; Faculdade de Educação Unicamp, 2012.

TOGNETTA, L. R. P.; ROSÁRIO, P. Bullying: dimensões psicológicas no desenvolvimento moral. **Est. Aval. Educa.**, SP, v. 24, p. 106-137, 2013.

SULLIVAN, K., **The anti-bullying handbook.** Oxford University, 2015.

WOLKE, D.; SCHREIER, A.; ZANARIN, M. C.; WINSPEER, C. Bullied by peers in childhood and borderline personality symptoms at 11 years of age: a prospective study. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 53, p. 846-855, 2012.

YOUNG, J.; NE'EMAN, A.; GELSER, S. Bullying and students with disabilities. **National Council Disability**, 2010.

1 Doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Professor efetivo (Secretaria de Educação de São Paulo) por 18 anos, ministrando a disciplina de biologia para o ensino médio, além de ocupar por 4 anos a função de coordenador pedagógico. Docente tanto em cursos técnicos oferecidos pelo SENAC/SP (meio ambiente e segurança do trabalho) como no ensino superior, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP – EACH/USP (Gestão Ambiental). Foco de pesquisa no comportamento humano em ambientes escolares. E-mail: fcampos@usp.br

2 Pedagoga, atuando nos anos iniciais, com cursos de especialização na área de letramento e contação de histórias. E-mail: eulalia.campos1971@gmail.com

Recebido em: 20 de Janeiro de 2017

Avaliado em: 21 de Maio de 2018

Aceito em: 21 de Maio de 2018



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Como citar este artigo:

ROMEO, Andrea. Lo special account del fenomeno religioso nel dibattito nordamericano. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 29., 2018, p. 15-48. DOI: 10.17564/2316-3828.2018v7n1p13-24



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhual CC BY-SA



